

Plural

04

PRESENTACIÓN

Luego de un periodo de inactividad, entregamos nuevamente un número de PLURAL, el boletín de nuestra Asociación Latinoamericana de Antropología. En una circular la nueva Mesa Directiva explicó a todos sus socios la realización de elecciones para la renovación de ésta, que tuvo lugar en julio de 1993, en el marco del 13º Congreso Internacional de Ciencias Etnológicas y Antropológicas (México, D.F.), quedando constituida de la siguiente manera:

- **Presidente:** Roberto Cardoso de Oliveira (Brasil)
- **Secretario General:** Teresa Rojas Rabiela (México)
- **Secretario Técnico:** José del Val Blanco (México)
- **Tesorero:** Ernesto Díaz-Couder (México)

Vicepresidencias regionales:

- **México, Centroamérica y el Caribe:** Carlos Serrano (México)
- **Colombia y Venezuela:** Myriam Jimeno Santoyo (Colombia)
- **Región Andina:** Segundo Moreno (Ecuador)
- **Brasil:** Roque de Barros Laraia (Brasil)
- **Cono Sur:** Lautaro Núñez Atencio (Chile)

Por unanimidad se decidió nombrar como **Presidente honorario** al extinto Guillermo Bonfil Batalla, primer Presidente y fundador de la ALA.

La primera reunión de esta nueva Mesa Directiva no pudo hacerse efectiva sino hasta marzo de 1994, en Niteroi, Brasil, en el marco de la XIX Reunión Brasileña de Antropología. Fue en esa ocasión que la mayoría de los integrantes de la Mesa Directiva participamos en una sesión

plenaria titulada "Organización del campo antropológico Latinoamericano", en donde se presentaron los trabajos que se incluyen en esta ocasión en este número de PLURAL. Roberto Cardoso de Oliveira presidió la sesión y Teresa Rojas Rabiela fue comentarista. Los documentos resultantes son de gran interés para el análisis del desarrollo de nuestras disciplinas en algunos países latinoamericanos, que complementan artículos previamente publicados en PLURAL. Pero sin duda es necesario presentar trabajos acerca de la Antropología de otros países que presenten su problemática. Invitamos a todos aquellos interesados a aportarlos para que el debate se abra en este Boletín y en otros foros. Publicamos también el Acta de elección del Consejo Directivo.

En entrega aparte, como un anexo, enviaremos a todos los socios un ejemplar de los Estatutos, reformados en la reunión de la ciudad de México arriba mencionada.

Afíliate

Invitamos a todos los responsables de las instituciones de investigación y docencia antropológica de los países latinoamericanos, así como a los antropólogos de estos países y a los antropólogos latinoamericanistas, para que se afilien a la **Asociación Latinoamericana de Antropología**.

El contacto puede hacerse directamente con el Vicepresidente de la región (cuya lista y datos se incluyen al final del Boletín), o bien directamente con la Secretaría General.

Artículos y noticias

La mesa Directiva de la ALA invita cordialmente a todos los antropólogos miembros o no de ALA, a enviar sus colaboraciones para este **Boletín**, sea en forma de artículos breves o de noticias bibliográficas y de eventos de interés común. Pueden mandarse vía fax o correo electrónico a la Secretaría General (ver directorio al final).



"ORGANIZAÇÃO DO 'CAMPO ANTROPOLÓGICO' LATINO-AMERICANO"

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA*

APRESENTAÇÃO

1.- A oportunidade desta XIX Reunião Brasileira de Antropologia permitiu à Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA) comparecer, marcando sua presença com esta Mesa destinada a uma apreciação sobre a organização do "campo antropológico" latino-americano. Antes de justificar, nesta breve apresentação, a escolha desse tema, cabem alguns esclarecimentos seguidos, naturalmente, de outros tantos agradecimentos — que não quero deixá-los para o fim.

2.- A ALA, embora de criação recente, tem uma história que imagino ser do interesse de todos tomar conhecimento. Portanto, com o cuidado de não estar fazendo uma verdadeira historiografia, mas somente dando a minha versão desta história, da qual sou em larga medida testemunha ocular, começaria dizendo que a idéia de criá-la logrou seus primeiros passos efetivos no México, por ocasião da "Reunião Técnica de Antropólogos e Arqueólogos de América-Latina e do Caribe", realizada em 1979 sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Instituto Indigenista Interamericano (III). A essa reunião compareceram colegas da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Venezuela e Brasil — este último representado por Júlio Cesar Melatti e por mim, num período em que eu me achava vinculado ao CISINAH (Centro de Investigações Superiores do Instituto Nacional de Antropología e Historia - hoje, CIESAS), então dirigido pelo saudoso Guillermo Bonfil Batalla, que, igualmente, participou da representação mexicana na mesma reunião. Um dos resultados mais expressivos daquela reunião foi a criação de uma entidade latino americana, então batizada com o nome de "Asociación de Antropólogos y Arqueólogos de América Latina y el Caribe" cujas Atas se acham devidamente divulgadas no Boletim da ALA, intitulado PLURAL, já em seu primeiro número, fixando, assim, o evento como um importante registro na memória de nossa Associação. Naquela ocasião, por unanimidade, elegia-se Guillermo Bonfil Batalla para Secretário Executivo da nova entidade, com a tarefa explícita de organizá-la.

3.- Essa organização, entretanto, somente seria efetivada dez anos depois, durante a XVII Reunião Brasileira de Antropologia realizada em Santa Catarina, com a eleição de Guillermo Bonfil Batalla para Presiden-

* Profesor emérito de la Universidad de Campinas, Brasil. Presidente de la ALA.

te e Antonio Augusto Arantes como seu Secretário Geral, além de quatro Vice-Presidentes, representantes de grandes regiões da América Latina. Foram igualmente eleitos os colegas: Myriam Jimeno Santoyo, para a região andina; Teresa Rojas Rabiela, para México, América Central e Caribe; George Cerqueira Leite Zarur, para o Brasil e Leopoldo Bartolomé, para o Cone Sul. A esta altura é necessário que se diga que com o falecimento de seu Presidente, coube praticamente organizar a ALA o seu Secretário Geral que, aliás, se houve esplendidamente. Graças ao colega Antonio Augusto pode-se dizer que estamos hoje reunindo pela primeira vez a segunda diretoria de nossa Associação.

4.- Como ocorreu na eleição da primeira diretoria, realizada durante uma reunião da ABA, essa segunda diretoria foi eleita durante o "XIII Congresso Internacional de Ciencias Antropológicas e Etnológicas" que teve lugar no México, entre julho e agosto do ano passado (1993). Como se ve, a ALA tem encontrado em outras entidades, nacionais ou internacionais, apóio para realizar no âmbito de congressos ou reuniões que lhe são afins suas próprias atividades. E tudo indica que iremos continuar nos valendo da colaboração de entidades irmãs ainda por algum tempo... No México foi eleita assim a atual diretoria, cabendo a mim a Presidência; Teresa Rojas como Secretária Geral; José Del Val Blanco, como Secretário Técnico; Ernesto Diaz-Couder, como Tesoureiro; sendo eleitos ainda cinco Vice-Presidentes: Carlos Serrano, para México, América Central e Caribe (juntamente com mais dois colegas, de Cuba e de Costa Rica, respectivamente Antonio Martínez e Carlos Camacho, como responsáveis pelas delegações do Caribe e da América Central); Myriam Jimeno, para a região coberta pela Colômbia e Venezuela; Lautaro Núñez, para o cone sul (Argentina, Chile e Uruguai), Segundo Moreno, para a região andina e Roque de Barros Laraia, para o Brasil. Vale lembrar que o mandato das diretorias da ALA são por trienios. *The last but not the least* informamos que em homenagem póstuma a Guillermo Bonfil Batalla a ALA o elegeu como seu Presidente Honorário. E antecedendo a essa justíssima homenagem, pude lhe dedicar umas breves notas sobre "Universalidade e Singularidade da Antropologia", publicada no mencionado número 1 (1992) de nosso Boletim (a convite de seu então editor Antonio Augusto Arantes). Menciono isso porque minhas relações de amizade e de coleguismo com Guillermo transcendiam quaisquer quadros institucionais, posto que éramos amigos desde os anos 60, quando nos encontramos pela primeira vez no México, em Pátzcuaro, Estado de Michoacan, por ocasião do VI Congresso Indigenista Interamericano, e, a última, em Barcelona, em 1990, quando ambos participamos do "Seminário sobre Identidade Cultural e Modernidade", sob os auspícios da UNESCO. Quero lembrá-lo neste momento.

5.- É portanto esta diretoria que comparece a esta XIX Reunião Brasileira de Antropologia para realizar sua primeira reunião e participar desta Mesa Redonda. Como os colegas podem ver, o tema escolhido não poderia ser outro, uma vez que esta é a oportunidade de informarmos sobre o quadro geral da antropologia latino-americana, ainda que de

uma maneira bastante impressionista, uma vez que a solicitação que fiz aos colegas vice-presidentes foi a de trazerem para comunicação e debate os dados que lhes parecessem mais básicos para que todos nós pudéssemos pensar sobre a possibilidade de estabelecermos elos mais firmes e atuantes entre nossas respectivas comunidades de profissionais das disciplinas antropológicas. A ALA, para cujo ingresso de colegas e instituições não opõe dificuldades, conta atualmente com 108 sócios individuais e 41 instituições. Acreditamos que esse número deva ser paulatinamente ampliado, na medida em que dispuzermos de instrumentos de comunicação ágeis e informativos — o que certamente está nos planos desta diretoria. Para finalizar esta apresentação da ALA e de sua Mesa, gostaria de agradecer em meu nome pessoal e no de meus companheiros de diretoria, o convite que a Associação Brasileira de Antropologia nos fez, através de seu Presidente, Silvio Coelho dos Santos — velho amigo e colega —, para realizarmos nossas atividades no âmbito desta Reunião. Além do mais, foi assegurada á ALA os recursos financeiros necessários à vinda da maior parte dos membros de sua diretoria tanto quanto a hospedagem para todos nós. Nesse sentido, a ABA tratou de obter esses recursos junto à CAPES, cuja presidente, Antropóloga Andréa Loyola, houve por bem apoiar a rápida tramitação do pedido de auxílio. Agradeço a ela e não posso deixar de registrar — e naturalmente agradecer — o empenho com que se houve, na administração das relações da ABA com a ALA, nossa colega e amiga, Cecília Maria Vieira Hehm, eficientíssima Tesoureira da ABA.

6.- Chamo para a Mesa os Vice-Presidentes presentes: Carlos Serrano, Myriam Jimeno e Segundo Moreno. Lamentavelmente Lautaro Núñez e Roque Laria não puderam comparecer. Mas com a presença no plenário do ex-Vice-Presidente, Leopoldo Bartolomé, e de José Matos Mar, Diretor do Instituto Indigenista Interamericano, convido-os para completar a constituição da Mesa. Chamo igualmente a Secretária Geral, Teresa Rojas, que desempenhará o papel de debatedora.



LA CALIDAD DE LA INVESTIGACIÓN Y LA ANTROPOLOGÍA EN COLOMBIA

MYRIAM SANTOYO*

La calidad de la investigación en Ciencias Sociales en Colombia, está afectada en la actualidad por dos grandes tendencias: por una parte, por los cambios generales ocurridos en las formas de construcción del conocimiento y, por otra, a causa del interés prioritario otorgado a estudiar problemas de coyuntura.

Si observamos lo que ha sucedido en la Antropología y lo tomamos como un reflejo particular de lo que ha ocurrido también en otros campos de las Ciencias Sociales, podemos destacar el replanteamiento en las formas de abordar los problemas sociales y culturales que se manifiestan, incluso, en cambios profundos en la forma de expresar los resultados del conocimiento.

A mediados de la década del sesenta, por distintas vías y con influencias de corrientes de la Filosofía, la Sociología y de la misma Antropología, este enfoque cambió profundamente. Empezó a desdibujarse la noción según la cual los conceptos son universales, positivos, y se cuestionó la forma de expresión, en este caso la narrativa de los resultados del conocimiento.

A partir de ese momento, se tornó más insistente la pregunta sobre la construcción de las instituciones y la forma como ellas se perciben y se hacen significativas para los grupos humanos. Lo relevante desde entonces ha sido conocer los conceptos de las mismas culturas estudiadas, entendiéndolas no sólo como formas contrastantes de la cultura occidental, sino también como variedades de la misma cultura contemporánea. Así, la atención se desplazó de los sistemas sociales, las instituciones y las estructuras, hacia la comprensión interna de los fenómenos culturales: menos estructura y más significación. Se trataba de entender cada sociedad —y así lo dicen los mismos antropólogos— en sus propios términos.

Este nuevo enfoque condujo a una experimentación muy amplia, primero con modelos lingüísticos, donde se destacó el papel central de la lengua en la cultura. Durante los primeros años de esta tercera etapa sobresalió el estructuralismo. Luego se trabajó como modelos simbólicos y más tarde como una Antropología cognitiva.

En los últimos años cobró importancia el estudio de la ciencia misma, de sus formas de expresión y de la autoridad de los textos científicos.

* Profesora del Departamento de Antropología de la Universidad Nacional de Colombia. Vicepresidenta de la ALA para el área de Colombia y Venezuela.

cos. Las categorías mentales se hicieron más relevantes y se cuestionó la certidumbre en las categorías denominadas objetivas.

El énfasis se dirigió entonces a la forma como los investigadores formulan y conciben los sujetos de estudio y a la comprensión del mundo conceptual con el cual operan, lo que incluye tanto a las comunidades estudiadas como a los estudiosos mismos. Este escrutinio alcanzó tanto las condiciones internas de producción del conocimiento, como los contextos sociopolíticos más amplios.

Como resultado del proceso encontramos una variedad enorme de ensayos que tratan de expresar este nuevo enfoque y traducirlo en nuevas narrativas y formas textuales. El estilo de escritura cambió completamente, de manera que en algún sentido se dejan a un lado las formas de escritura científico-objetiva y se ensaya con la novela, las formas poéticas, las vivencias individuales. Las historias de vida, las autobiografías, la palabra misma del investigador y el investigado cobran nueva fuerza, ya no sólo en la Antropología, sino también en otras Ciencias Sociales. Los implícitos de la relación investigador-investigado y la manera como esta interrelación afecta y se refleja en los resultados de las investigaciones ha suscitado un agudo debate. Por supuesto, cobra importancia la corriente que muestra que la escritura científica es apenas el resultado de una transacción, un diálogo, producto de la relación investigador-investigado, donde se tranza también con el público lector.

Con esta referencia general pretendo mostrar que en la actualidad, en Colombia y en el mundo, existe una variedad de expresiones de resultados del conocimiento, así como una gran desconfianza sobre las formulaciones teóricas generales, sobre los conceptos globales mismos y sobre la relación entre investigador e investigado, de manera que la aplicación de criterios de calidad ya no ofrece las mismas certidumbres que en el pasado.

Esto es particularmente difícil para las instituciones responsables de trazar políticas de evaluación, y se traduce en dilemas cuando se trata de financiar proyectos. Hoy en día las instituciones que apoyan el quehacer de la ciencia reciben propuestas e informes de investigación en los lenguajes más variados y no hay uniformidad sobre la aplicación de criterios de calidad. Existe una variedad enorme en cuanto a los paradigmas —aproximaciones teóricas al objeto de estudio— y a las formas narrativas de expresión. Incluso se cae a veces en relatos muy personales frente a los cuales resulta difícil realizar un análisis crítico.

Las premuras de coyuntura y la calidad de la investigación

En lo que respecta a la segunda tendencia que afecta la calidad de la investigación social en Colombia, considero necesario destacar principalmente el predominio de una aproximación empirista al problema y la ausencia de preguntas teóricas como punto de partida de las investigaciones.

Las Ciencias Sociales en Colombia, al igual que en el resto del mundo, perdieron la certidumbre en el paradigma positivista como paradigma

ma de referencia. Esto se unió al hecho ya aludido, de que los estudios carecen de un núcleo problemático teórico, como se observa en la mayoría de los artículos y ensayos. La gran diferencia con la producción internacional es que, en el caso de la colombiana, generalmente se parte de un problema social vivencial, y uno de un conceptual.

A pesar de haber perdido la preocupación política característica de los años sesenta, se insiste actualmente, por medios muy diversos, en la necesidad de que el científico social responda ante un problema social, generalmente inmediato, y no ante un problema de conocimiento. En los ensayos extranjeros se observan planteamientos teóricos, ya no en el sentido de la gran teoría de hace décadas, sino como problemas conceptuales que son debatidos, contrastados y diseccionados a través del texto. En nuestro caso, y considero que es el principal problema de calidad de las Ciencias Sociales colombianas, hay una gran ausencia de este problema teórico, que se encuentra sustituido por un problema de orden político o vivencial, según el caso.

Un importante número de científicos sociales del país siente la presión de lo coyuntural y lo inmediato en la formulación de temas de investigación y aun en los resultados mismos del conocimiento. La formulación y los resultados de los proyectos suelen depender de las circunstancias políticas y económicas del país y de la promesa de arrojar resultados tangibles y rápidos, aplicables en el orden social.

Es tan exagerada esta tendencia, que los proyectos de profundización en áreas temáticas, o incluso geográficas, son vistos con cierta desconfianza y, por tanto, los investigadores se ven forzados a seguir la coyuntura para plantear sus estudios. Esta tendencia va más allá de la moda, que por supuesto hace parte de la vida social misma, y se ha convertido en una presión institucional de los mismos agentes de formulación de políticas en busca de lo que denominan "problemas álgidos". Generalmente buscan respuestas simplificadas a fenómenos de momento, lo cual impide la acumulación y profundización suficiente del conocimiento, e incide también en la debilidad teórica que tienen la mayoría de los ensayos, debilitando al mismo tiempo la calidad general de la producción en Ciencias Sociales.



LA ANTROPOLOGÍA ECUATORIANA: CUESTIONES Y RETOS DE UNA ANTROPOLOGÍA PERIFÉRICA

SEGUNDO E. MORENO YÁÑEZ*

Las últimas décadas han sido testigos de una innegable consolidación académica de la Antropología en el Ecuador, con una meta común: contribuir a la afirmación de la identidad de un pueblo andino, el ecuatoriano, como multiétnico y pluricultural. El desarrollo de la Antropología, y particularmente de la Etnohistoria y la Antropología Social, ha permitido una mejor comprensión de la complejidad sociocultural del país y ha posibilitado la elaboración de propuestas concretas sobre la factibilidad y estructura de un Estado pluricultural en el Ecuador, modelo político que rebasaría el discurso multiétnico y pluricultural.

El Ecuador, como otros países andinos o mesoamericanos, es actualmente el resultado de la sedimentación, yuxtaposición y entrecruzamiento de tradiciones indígenas, del hispanismo colonial católico y de los influjos políticos, educativos y de los medios modernos de comunicación. Pese a los variados intentos de dar a la cultura de élite un perfil moderno, recluyendo lo indígena y aun lo colonial a los sectores populares, un mestizaje interclasista ha generado formaciones híbridas en todos los estratos sociales. Aunque los impulsos renovadores de la modernidad fueron más eficaces en los grupos "cultos", ciertas élites preservan sus tradiciones hispánicas y mantienen su arraigo a formas de religiosidad católica. En las zonas agrarias y rurales, sin embargo, la presencia de las tradiciones indígenas sigue desafiando a la expansión de la cultura masiva.¹

Las Ciencias Sociales, por su parte, han cuestionado la categoría nacional del Estado ecuatoriano, al comprobar que su historia es el testimonio de una pluralidad de culturas y de diferentes ritmos en su evolución y desarrollo. Hay también un hecho trascendental en esa historia: desde hace más de quinientos años los pueblos indígenas de América, y entre ellos los del actual Ecuador, han sido víctimas de constantes despojos originados en el denominado proceso de acumulación de capital, previo a la Revolución Industrial. Paralelamente a esta historia de despojos, nuestra América ha presenciado el etnocidio de muchos grupos aborígenes y frecuentemente, como respuesta por parte de los grupos o nacionalidades indígenas, una reivindicación de su indianidad expresada, a veces, en revueltas o rebeliones contra las políticas del Estado. En la actualidad presenciamos una etapa clave en el proceso

* Profesor de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Vicepresidente de la ALA para el área andina

reivindicativo, pues las organizaciones indígenas buscan nuevos modelos autogestionados de ingreso a la modernidad y, al mismo tiempo, una vinculación con las clases trabajadoras, en cuya relación los indios todavía ocupan los estratos inferiores.²

Ante los planteamiento de las organizaciones indígenas que han revitalizado sus condicionamientos étnicos y han encontrado en la propuesta del establecimiento de un orden nuevo en un "Estado plurinacional", categoría tomada de las Ciencias Sociales, estas Ciencias y particularmente la Antropología han debido superar viejos conceptos aplicados como modelos reduccionistas (por ejemplo, clase y poder) e impulsar opciones creativas o redefinir antiguos conceptos despojándolos de su tinte exótico marcado por su origen metropolitano. Si se considera a la Antropología como la ciencia de las diferencias, las alternativas al modelo occidental de sociedad nacional obligan a repensar lo étnico desde la sociedad y Estados nacionales y, al mismo tiempo, a repensar a la sociedad, al Estado y a la nación, desde las realidades indígenas.³

El análisis del origen y desarrollo del Estado-nación ecuatoriano, a partir de diversas hipótesis, ha posibilitado una gran diversidad de explicaciones, desde la crasa negación de un sentimiento de identidad y de la carencia de una "substancia histórico-social", al interpretar al Ecuador como un "Estado-país" entendido como una simple categoría territorial y geográfica,⁴ hasta la concepción más dinámica y mejor fundamentada históricamente del Ecuador como "una Nación en ciernes".⁵ Esta última visión muestra al Ecuador como una formación nacional en la que las diversas instancias tienen puntos de arranque históricamente diferidos, con periodizaciones no coincidentes y con diversas aceleraciones en su desarrollo. El Ecuador se revela como una "comunidad de vida económica" solo desde las últimas décadas del siglo XX y los esfuerzos de autodefinición de "lo ecuatoriano" delatan la búsqueda de una "comunidad de autoconciencia", todavía precaria, pero que le es consubstancial a una nación plenamente constituida.

Esta visión, necesaria para entender el momento actual y los nuevos retos de la Antropología, no significa la negación del valor de numerosos estudios que, especialmente desde los inicios de la década de 1970, han buscado responder a los problemas de la sociedad y de la cultura.⁶ La Antropología ecuatoriana se ha transformado, desde entonces, en un foro científico de discusión, en cuyo contexto se han analizado temas como la reforma agraria y los cambios en la estructura agraria y en la acción del Estado, el auge petrolero, la crisis económica y la pobreza crítica, la alfabetización bilingüe-bicultural, el declive de los movimientos sociales urbanos y laborales, la emergencia de los movimientos indios, las migraciones de diverso orden, la acción de las iglesias y sectas, el mercado interno, la cultura popular y tantos otros temas, cuyos testimonios han quedado en las páginas de numerosas publicaciones.

La dimensión diacrónica, a través de las investigaciones arqueológicas y etnohistóricas, es sin embargo la que más se ha desarrollado en los estudios antropológicos sobre el Ecuador, enriquecida con la dimen-

sión de "lo andino" y que ha incursionado en las categorías históricas que permiten inducir los fenómenos particulares en categorías más universales, como "formaciones socioeconómicas" y "modos de producción". Una discusión a este nivel incluso ha posibilitado la formulación de nuevos modelos de Estados originarios, en los que el control de la tierra y de los recursos hidráulicos ceden su importancia, como factor preponderante, al con fuera, distantes, exóticos. Aunque su historia se ha generado en distintos contextos, los países latinoamericanos son naciones en formación que en su interior tienen, a su vez, "otros internos" que pueden ser, de algún modo, estudiados desde fuera. Esta heterogeneidad posibilita el estudio de "otras culturas" sin salir del territorio nacional y es un incentivo a la comprensión de las particularidades que asume la disciplina en nuestros países. La antinomia "Volkskunde" vs. "Völkerkunde" se actualiza en forma peculiar como una complementariedad intrínseca entre el estudio de "nosotros", como sociedad nacional a la que pertenece el antropólogo y el estudio del "otro" interno en esa misma sociedad, a saber, los pueblos indígenas y las minorías étnicas integradas a la Nación-Estado. Esta percepción dinámica no solo privilegia la complementariedad, sino que desvanece la antinomia de la tradición alemana, ya que la "Antropología periférica" de América Latina, aunque use los paradigmas universales de la ciencia, integra el conocimiento del otro con el discernimiento profundo de la propia sociedad o cultura, cognición que no es solo un ejercicio académico, sino que trasciende a la praxis política.⁷ De este modo, la Antropología se transformará en nuestros países en una ciencia operativa y comprometida.

Notas

¹ García Canclini, Néstor. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Grijalbo, 1990, p. 71.

² Moreno Yáñez, Segundo E. "Ecuador una Nación de nacionalidades", en AA.VV. *Ecuador multinacional. Conciencia y cultura*. Quito, Ediciones Abya-Yala, Cede-co, 1989, pp. 13-32.

³ Sánchez Parga, José. "Etnia, poder y diferencia", en Sánchez Parga, J. (comp.). *Etnia, poder y diferencia en los Andes septentrionales*. Quito, Ediciones Abya-Yala, 1990, pp. 71-112.

⁴ Moreno, Alejandro. "El movimiento indio y el Estado multinacional", en: Cornejo M., Diego (coord.). *Los indios y el Estado-País. Pluriculturalidad y multiétnicidad en el Ecuador contribuciones al debate*. Quito, Ediciones Abya-Yala, 1993, pp. 215-256.

⁵ Quintero, Rafael; Silva, Erika. *Ecuador: una nación en ciernes*. 3 tomos. Quito, FLACSO. Ediciones Abya-Yala, 1991.

⁶ Moreno Yáñez, Segundo E. *Antropología ecuatoriana. Pasado y presente*. Quito, Colección Primicias de la Cultura de Quito, 1. Ciesa Edigüías, 1992.

⁷ Cardoso de Olivera, Roberto, "Identidad y Diferencia entre Antropologías Periféricas", en George Cerqueira Leite Zarur, (coord.) *A Antropologia na America Latina*. México, IPGH 1990, pp. 15-30.

LA ANTROPOLOGÍA EN MÉXICO

CARLOS SERRANO*

En 1938 se funda en la ciudad de México la hoy Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), designación oficial que se aplicó a partir de 1945. Con ella arranca la formación profesional de antropólogos en México.

50 años después, el panorama que ofrece la antropología mexicana es vasto y complejo, difícil de examinar en unas cuantas páginas, sobre todo en lo que se refiere a la diversidad temática que ha venido abordando, la reflexión teórica que ha producido y su inserción en el contexto social y político del país. Tales aspectos deben ser examinados con detenimiento para trazar el perfil característico de la comunidad antropológica mexicana y los retos que enfrenta actualmente.

Esta tarea, desde una perspectiva histórica, ha sido una preocupación manifestada en los últimos lustros por numerosos antropólogos y cuenta ya con una respetable bibliografía que, no obstante, permite sólo un acercamiento a este propósito.

Baste recordar que recientemente se publicó con el pie editorial del Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), una obra remarcable sobre el tema, *La antropología en México, Panorama histórico* (1988), coordinada por Carlos García Mora, constituida por 15 volúmenes que reúnen 484 ensayos escritos por 344 colaboradores.

Los propósitos de esta publicación fueron: a) mostrar el legado de la antropología a la cultura nacional, legado ciertamente sustancioso y no reconocido plenamente con anterioridad, y b) estimular la implantación de la historia de la antropología en México como un nuevo campo de pesquisa científica, con una base sólida de teoría y metodología. Esta obra ofrece una síntesis de la antropología mexicana, revisa las cuestiones medulares (temas teóricos que han centrado la preocupación de la comunidad), examina la gestación y actividades de los centros de investigación, escuelas, museos, archivos y bibliotecas y aborda el dinámico campo de las asociaciones científicas y profesionales, así como de las revistas en que se ha plasmado buena parte de la producción antropológica.

Se trata sin duda, de un esfuerzo muy meritorio para construir la historia de la disciplina en el país y para entender las particularidades históricas del quehacer científico en este campo.

* Investigador del Instituto de Investigaciones Antropológicas de la Universidad Nacional Autónoma de México. Vicepresidente de la AIA para el área de México, Centroamérica y el Caribe.

La organización institucional de la antropología mexicana emerge de un proceso de varias décadas y con una raíz más que centenaria (recuérdese que el Museo Nacional fue fundado en 1825, recién obtenida la independencia). Nos ocuparemos ahora del tema como una contribución a este encuentro que mira hacia una integración antropológica latinoamericana. Tarea necesaria y urgente que se encuentra entre los propósitos de la Asociación Latinoamericana de Antropología.

Las instituciones antropológicas

No contamos con una estadística confiable de los antropólogos que laboran profesionalmente en México. Se puede calcular una cifra aproximada de 2 000, que incluye las diversas especialidades de la Antropología. Puede decirse, sin embargo, que un poco más de la mitad son antropólogos sociales y etnólogos.

Se ha dicho por otra parte, que 9 de cada 10 antropólogos trabajan en instituciones oficiales o en universidades públicas (reciben sus salarios del presupuesto gubernamental) lo que implica un proceso de estrecha interrelación entre el aparato estatal y la comunidad antropológica.

La institución antropológica más importante de México es el Instituto Nacional de Antropología e Historia, fundado en 1938, en el cual laboran más de 700 investigadores que son en su mayoría antropólogos de las distintas especialidades. Además de la labor de investigación antropológica, el INAH se encarga, por ley, de la salvaguarda del patrimonio arqueológico e histórico de la nación. Su amplia labor en el ámbito editorial, docente y de difusión otorgan a esta institución una presencia predominante en el panorama antropológico nacional y un peso específico en el ámbito social y político del país.

Existen otros centros de investigación antropológica que han consolidado su presencia y obtenido una proyección científica reconocida. Así, el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, creado en 1973, cuenta con de 120 investigadores y cubre las áreas de Antropología social, Etnohistoria y Lingüística. Su producción editorial ha sido considerable, así como su aporte a la formación de antropólogos a nivel de posgrado.

El Instituto Nacional Indigenista, cuya organización data de 1948, ha desarrollado una labor antropológica, principalmente en términos de la aplicación del conocimiento a programas específicos destinados a las comunidades indígenas. Su labor, no obstante la controversia generada en los años 60 en torno al indigenismo, ha sido de gran importancia para la discusión del sentido de la práctica antropológica y, en general, para la reflexión teórica sobre la disciplina, que se ha venido dando en los últimos años en México.

El Instituto de Investigaciones Antropológicas de la Universidad Nacional Autónoma de México, cuyo antecedente fue la Sección de Antropología del Instituto de Investigaciones Históricas de la propia UNAM (que data de 1963), realiza fundamentalmente trabajo de investigación

en todas las especialidades antropológicas y cuenta con programas docentes y de difusión y, además, una reconocida actividad editorial. Cuenta con 75 académicos que se suman a un número importante de otros antropólogos que, además, están adscritos a otras dependencias de la UNAM.

Otras muchas universidades han creado departamentos de antropología y muestran que el sistema Universitario del país ha sido un importante cause para el desarrollo institucional de la Antropología mexicana. La Universidad Veracruzana, la Universidad Autónoma de Yucatán, la Universidad Autónoma Metropolitana, entre las públicas, y la Universidad Iberoamericana y la Universidad de las Américas, entre las privadas, crearon sus departamentos antropológicos, que cuentan ahora con una respetable tradición de actividades de investigación y docencia. En total, alrededor de 15 universidades mexicanas han incorporado la antropología en su organigrama académico.

Otras instituciones de educación superior, como El Colegio de Michoacán, tiene programas académicos de investigación y docencia vinculados con la Antropología, y dan cuenta también del desarrollo reciente que la disciplina ha experimentado en México.

Formación de antropólogos

La carrera profesional fue creada en México en 1938; correspondiendo a la Escuela Nacional de Antropología el honor de ser y continuar siendo el principal centro de formación de antropólogos de México. Desde sus inicios y bajo la influencia de los planteamientos boasianos, se impartieron las cuatro carreras clásicas de la disciplina: antropología física, arqueología, etnología y lingüística, a las cuales se agregaron posteriormente, la antropología social y la etnohistoria.

El catálogo de tesis profesionales de la ENAH, al cumplir 50 años de existencia, en 1988, alcanzaba casi 900 títulos, lo cual da idea del impacto y trascendencia de la institución, a través del tiempo, en el medio antropológico mexicano, y aun más allá de las fronteras nacionales.

Actualmente existen en México alrededor de 14 programas docentes de antropología, a nivel licenciatura, la mayor parte de los cuales se enfocan hacia la Antropología social.

El posgrado ha sido ofrecido por la UNAM, a nivel de maestría, por convenio con la ENAH, hasta 1971, y a nivel de doctorado, de 1959 a la fecha. Surgieron posteriormente otros programas, pero es sólo al iniciarse la década de los 90 cuando el posgrado de antropología experimenta en México una demanda muy amplia, que ha influido para la creación de un creciente número de programas de posgrado de Antropología en sus diversas especialidades. Actualmente, al menos 8 instituciones de educación superior en México ofrecen el posgrado de Antropología (maestría y/o doctorado), a través de programas muy variados en su estructura organizativa, líneas de investigación y énfasis temáticos, que

tienen que ver con el fenómeno de expansión y diversificación de la Antropología mexicana en los años recientes.

Organización académica y profesional

El incremento del número de antropólogos y de las instituciones en que laboran ha puesto de manifiesto la necesidad de cauces de comunicación que propicien no solamente el intercambio científico sino el manejo adecuado de los problemas que derivan de la propia práctica profesional. Las asociaciones científicas y los colegios profesionales han sido creados para dar respuesta a estas necesidades.

La Sociedad Mexicana de Antropología, fundada en 1937, contaba dos años después con algo más de 100 miembros. Continúa siendo la más importante sociedad científica de la Antropología en México, dada su labor de promoción de la disciplina en sus diferentes especialidades, a través de congresos y publicaciones.

Se han creado más recientemente otras instituciones científicas con objetivos mas delimitados dentro de la Antropología, como la Asociación Mexicana de Antropología Biológica o la Asociación Mexicana de Lingüística Aplicada, que reúnen a los antropólogos del área respectiva y a especialistas de campos afines. Estas asociaciones han desarrollado una actividad que testimonia la capacidad de los antropólogos de establecer no sólo la comunicación interna, al interior de la propia comunidad, sino también hacia otras áreas de la ciencia.

La colegiación profesional es quizá, el mejor ejemplo de los esfuerzos de organización de los antropólogos. Centrados fundamentalmente en los problemas de la práctica profesional, funcionan en México el Colegio Mexicano de Antropólogos (1973) y el Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales (1975). Han realizado un intensa labor y contribuido a la consolidación de la comunidad antropológica mexicana por encima de las exigencias estrictamente institucionales y superando la dicotomía metropoli-provincia. Un reto que subsiste aun a la capacidad organizativa de los antropólogos mexicanos.



O “CAMPO ANTROPOLOGICO” NO BRASIL

ROQUE DE BARROS LARAIA *

Falar sobre o “campo antropológico” no Brasil, em uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia, que reúne os especialistas da área é, no mínimo, redundante. Portanto, limitar-me-ei a uma breve descrição deste “campo”. Descrição esta que é, principalmente, dirigida aos meus colegas de mesa, os diferentes vice-presidentes da Associação Latino-Americana de Antropologia.

Segundo Florestan Fernandes (1958:17), “a etnologia se desenvolveu no Brasil, até o primeiro quartel do presente século, principalmente através das obras e das realizações de investigadores estrangeiros. Fernandes se refere a etnologia e não a antropologia, porque a primeira foi, durante muito tempo, confundida com a própria antropologia brasileira. Esta confusão, a qual já me referi em um trabalho anterior (cf. Laraia, 1990:155) vem “desde os tempos heróicos — para usar uma periodização de Roberto Cardoso de Oliveira — de Edgard Roquette-Pinto e Raymundo Lopes, ambos do Museu Nacional, e principalmente de Curt Nimuendaju, antropólogo nascido na Alemanha e que viveu no Brasil, entre os anos de 1903 e 1946, quando morreu entre os índios Tukuna”

Esse tempo heróico se refere, exatamente, ao momento de transição, ocorrido justamente no primeiro quartel do século, quando o predomínio estrangeiro do século XIX, começa ser abalado pelo aparecimento dos primeiros antropólogos brasileiros. É preciso reconhecer que apesar da grande visibilidade da etnologia, nesse período e em outros posteriores, a antropologia que vai surgindo no início do século é fortemente influenciada pela antropologia física, ou biológica. Os primeiros antropólogos são médicos e o importante é que o locus privilegiado da antropologia, nesse momentos, são os museus, notadamente o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Goeldi.

A antropologia brasileira até os anos 30 encontra nos museus a guarda para as suas pesquisas. E até hoje, os museus desempenham um papel importante como instituições de pesquisa antropológica. Nos anos 30, surgem as universidades — um aparecimento tardio mesmo no continente sul americano — e a antropologia vai encontrar nessas novas instituições um novo espaço para a pesquisa. Nos anos 30, dentro da periodização adotada por nós, desenvolve-se o período pioneiro, quando novos investigadores estrangeiros e brasileiros realizam as suas pesquisas de campo, antes mesmo do desenvolvimento no país das condições necessárias para o treinamento sistemático dos pesquisado-

* Profesor de la Universidad de Brasilia. Vicepresidente de la ALA para el área de Brasil.

res. É nesse tempo que Herbert Baldus inicia os seus estudos entre os índios Tapirapé, seguido pouco depois por Charles Wagley, treinado na Universidade de Colúmbia, que se faz acompanhar do então jovem Eduardo Galvão, que tornar-se-á algum tempo depois o primeiro brasileiro a obter um grau de Ph.d em Antropologia, nos Estados Unidos. Baldus estava, então, ligado a recém criada Escola de Sociologia e Política, de São Paulo, e Wagley e Galvão estavam vinculados ao Museu Nacional, do Rio de Janeiro. É intrigante o fato de que em um tempo de tão poucos antropólogos e de muitos grupos indígenas para serem estudados, as duas equipes tenham escolhido o mesmo grupo tribal.

Os Museus e as Universidades passam, então, a ser o locus privilegiado da antropologia, fato este que perdura, mesmo nos períodos posteriores, quando surgem os cursos de especialização e pós graduação que permitem o treinamento sistemático dos novos pesquisadores. Quando as formações auto didatas são substituídas pelas dos antropólogos possuidores de graus de mestres ou doutores, obtidos no Brasil e no exterior.

Gostaria, agora, de fazer um intervalo, para me referir a um novo tipo de espaço que a antropologia encontra a partir dos anos 50. Em 1953, foi realizada no Rio de Janeiro, a 1a. Reunião Brasileira de Antropologia. Dois anos depois, durante a 2a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador, foi criada a Associação Brasileira de Antropologia, entidade esta que, há 39 anos, vem estimulando o desenvolvimento da pesquisa antropológica, mas que também se dedicou a se tornar um importante baluarte na defesa da causa indígena e, mais recentemente, de outras minorias discriminadas. Em suas reuniões, os antropólogos encontram o espaço necessário para o intercâmbio de idéias e de notícias importantes para o desenvolvimento da disciplina. É o espaço que os pesquisadores jovens tem para apresentar, muitas vezes, o seu primeiro trabalho e, principalmente, conhecer os pesquisadores mais velhos, muitos dos quais somente conhecem através da leitura de seus trabalhos. Estimular a produção científica, defender posições políticas importantes para o desenvolvimento da ciência ou para a conquista de direitos sociais, promover o intercâmbio entre pesquisadores de instituições diversas, ou de diferentes gerações ou orientações metodológicas, são estas as funções de uma sociedade científica como a ABA.

A partir de 1978, o espaço das sociedades científicas utilizadas pelo antropólogo se amplia. Com a criação da ANPOCS — Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, os antropólogos passam a fazer parte de suas reuniões anuais, organizando e participando de mesas redondas e grupos de trabalhos, onde discutem com outros cientista sociais os temas que até então costumavam a discutir endogamicamente. Não resta dúvida que este intercâmbio interdisciplinar tem contribuído para o enriquecimento das disciplinas envolvidas e ampliado os limites da antropologia brasileira.

A partir do início dos anos 70, os antropólogos passaram, também, a participar das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência, a maior associação científica do país, mas que até então era reputada como uma organização das chamadas ciências exatas e biológicas. Esta adesão a SBPC se deu, nos momentos críticos da ditadura militar quando as reuniões dessa sociedade científica se tornaram no único fórum político possível. A partir de então, a antropologia consolidou o seu espaço dentro da SBPC e, hoje, os seus membros ocupam lugares em suas diretorias e comissões e tem um papel ativo na organização das reuniões anuais.

Após fazer referência, ao novo espaço criado pelas associações científicas, posso fechar o parentese e voltar aos espaços tradicionais da antropologia. Em seu artigo, citado no início deste trabalho, Florestan Fernandes afirma que o "treinamento sistemático do pesquisador é a primeira condição, e a mais importante de todas, para a constituição e o contínuo aperfeiçoamento de padrões intelectuais definidos de investigação científica. Tal treinamento repousa no ensino universitário, mas só se completa depois dele, nas experiências concretas de pesquisas" (1958:26).

Já no final dos anos 50, estava evidente que apenas a graduação em Ciências Sociais era insuficiente para a formação do antropólogo. A única possibilidade de pós graduação no país encontrava-se em São Paulo, em um modelo do tipo francês, onde o doutorado aparecia mais como uma forma de coroamento de uma carreira, do que uma modalidade de formação acadêmica. A necessidade de um mecanismo mais dinâmico de formação de novos recursos humanos para a disciplina, levou Darcy Ribeiro a organizar dois cursos de especialização em indigenismo, o primeiro ministrado no Museu do Índio e o segundo, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. No primeiro ano, da década de 1960, Roberto Cardoso de Oliveira organiza, no Museu Nacional, o primeiro Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social, que se repetirá nos dois anos seguintes. Esses cursos de Pós Graduação em Antropologia Social, que seria fundado por Roberto Cardoso de Oliveira, no Museu Nacional, em 1968.

A partir de então, novos programas de pós graduação surgem no país, proporcionando aos seus alunos a possibilidade de obtenção dos graus de mestre e de doutor. No momento, além dos cursos da Universidade de São Paulo e do Museu Nacional (que concedem ambos os graus), estão em funcionamento os cursos da Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Campinas,¹ Universidade Federal do Rio Grando do Sul,² Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Paraná. No momento, estão em constituição os cursos de mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Fluminense. Mas, a formação de antropólogos ocorrem também nos programas de mestrado e doutorado, intitulados genericamente de Ciências Sociais, como os casos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Universidade Federal da Bahia e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estas instituições, além de suas

funções de ensino, constituem em centros de pesquisas antropológicas, parte constituinte do campo em nosso país.

Seria limitar a dimensão da antropologia brasileira, considerar como parte do "campo antropológico" apenas as instituições e os grupos de pesquisadores pertencentes a programas de pós graduação. Existem outras universidades, que abrigam antropólogos, responsáveis pela realização de projetos de pesquisas, mas que não possuem o ensino pós graduado. Entre essas universidades, correndo o risco de omissões, cito a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual de São Paulo, UNESP, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Católica de Goiás, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal do Mato Grosso, a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal do Maranhão e, recentemente, a Universidade Federal de Roraima.

Existem, atualmente, outros espaços que estão sendo ocupados pelos antropólogos. Não tenho condição de enumerá-los todos, mas, de uma maneira geral, posso dizer que muitos antropólogos encontram um espaço de trabalho (embora, nem sempre relativo a pesquisa) nas chamadas organizações não governamentais e, também, nas organizações governamentais, entre estas destaco a Fundação Nacional do Índio, o Ministério da Cultura, e, recentemente, a Procuradoria Geral da República realizou um concurso para a contratação de antropólogos.

Esta é uma apresentação muito suscinta do campo antropológico no Brasil. A participação nesta Reunião Brasileira de Antropologia possibilitará aos nossos visitantes um conhecimento mais adequado deste campo, que de certo se amplia com o surgimento de mais uma associação científica, a Associação Latinoamericana de Antropologia.

Notas

¹ Fernandes, Florestan. *Etnologia e a Sociologia no Brasil*, São Paulo, 1958.

² Laraia, Roque Barros. "Etnologia indígena brasileira. Um breve levantamento", em George Cerqueira Zarur (coord.), *A Antropologia na América Latina*. México, IPGH, 1990.

ACTA DE LA I REUNIÓN DEL CONSEJO DE REPRESENTANTES DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ANTROPOLOGÍA

El día 3 de agosto de mil novecientos noventa y tres, en las instalaciones de la Escuela Secundaria y Preparatoria de la ciudad de México, en el marco del XIII Congreso Internacional de Ciencias Antropológicas y Etnológicas, se reunieron los integrantes del Consejo Directivo provisional de la Asociación Latinoamericana de Antropología y del Consejo de Representantes de la misma Asociación, para llevar a cabo una reunión ordinaria del mismo. Por el Consejo Directivo estuvieron presentes Antonio Augusto Arantes, Secretario General, quien la presidió, Teresa Rojas Rabiela, Vicepresidenta de la región México, Centroamérica y el Caribe, y Myriam Jimeno, Vicepresidenta de la región Andina, quien fungió como Secretaria de Actas. Por el Consejo de Representantes se acreditaron las siguientes personas, cuyas direcciones y afiliaciones institucionales aparecen en anexos:

Argentina 1) Marcelo César Alvarez

2) Héctor Hugo Trinchero

3) María Cecilia Belluci

Brasil 1) Silvio Coelho Dos Santos

2) Roque de Barros Laraia

Colombia 1) María Luisa Sotomayor

2) Carlos Vladimir Zambrano

Chile 1) Milka Castro Lucic (área Centro)

2) María Ester Grebe Vicuña (área Sur)

3) Teresa Durán (área Norte)

Ecuador 1) Segundo Moreno Yáñez

México Pendientes

Perú 1) Ari Zighelboim

Uruguay 1) Alvaro de Giorgi

2) Mirta Furman

3) Mónica Sans

Venezuela 1) Alberta Zucchi

Todos bajo la siguiente Orden del día:

1. Lista de asistencia
2. Comunicado del Consejo Directivo
3. Informe de actividades y financiero
4. Reforma de Estatutos
5. Admisión de nuevos socios
6. Elección de la Mesa Directiva 1993-1996
7. Propuestas de trabajo
8. Asuntos generales

Como material de apoyo se presenta: 1) Relatoría de las actividades, incluyendo Anexos; 2) Boletín *Plural*, números 1, 2 y 3, y *Guía de Antropología en América Latina*; 3) Acta constitutiva y Estatutos en vigor.

1 y 2. Lista de asistencia y Comunicado del Consejo Directivo

Luego de pasar lista de asistencia (Anexo 2) el Secretario General procede a presentar a los miembros presentes del Consejo Directivo provisional, Myriam Jimeno y Teresa Rojas y a mencionar que no pudieron asistir Leopoldo Bartolomé, vicepresidente de la región del Cono Sur, y George Zarur, vicepresidente de la región Brasil. Hace especial referencia a la ausencia del Presidente de la ALA, Guillermo Bonfil Batalla, causada por su lamentable deceso en 1991 y de las tareas que él tuvo que asumir a partir de este acontecimiento. Agradece a todos

los presentes su presencia y se alegra de que esta ocasión se haya podido finalmente presentar ahora, para proceder a la constitución definitiva de la Asociación Latinoamericana de Antropología, proyecto largamente acariciado por los antropólogos latinoamericanos.

3. Informe de actividades y financiero

El Secretario General, Antonio Augusto Arantes, procede a rendir el Informe de actividades del periodo del 9 de abril de 1990 al 3 de agosto de 1993 (Anexo 3). Asimismo rinde el Informe financiero y entrega la cantidad de US\$ 710 (setecientos diez dólares U.S.), por concepto de cuotas anuales recibidas hasta el presente.

Se resaltan aquellas acciones tendientes a buscar la consolidación de la Asociación, mediante la afiliación de socios en los diferentes países, la elaboración de un Directorio o Guía de instituciones de Antropología, la publicación de un boletín intitulado *Plural*, del que salieron tres números; la participación en eventos tales como el Seminario sobre Identidades en América latina, realizado por George Zarur en Brasilia en diciembre de 1992, y, el Simposio sobre Conflicto Social en América Latina en el marco del IV Congreso Colombiano de Antropología, en julio del mismo año.

Enseguida se presenta un informe de socios por países, y del manejo financiero de la Asociación.

Procede a resaltar el trabajo que collevó la elaboración de la Guía de instituciones de Antropología y sus implicaciones para mejorar e incrementar la comunicación entre los socios de la Asociación e integrar y consolidar una comunidad científica latinoamericana.

4. Reforma de los Estatutos

Se procede a discutir los Estatutos vigentes, con objeto de actualizarlos para que sean funcionales para el momento de la consolidación de la Asociación; se toman en cuenta observaciones y avances hechos en la reunión abierta que tuvo lugar el pasado 31 de julio. Todos los presentes intervienen para proponer modificaciones, de las que toma nota el Consejo Directivo, que queda comisionado para redactar la versión final de los Estatutos. La discusión se da artículo por artículo, resultando una nueva versión de los Estatutos (Anexo 4), que cuenta con la aprobación de todos los presentes.

5. Admisión de nuevos socios

Se procede a dar lectura a las solicitudes de afiliación de socios individuales e institucionales de varios países. La lista completa de todos los nuevos socios aprobados por la Asamblea figura como Anexo 4. Se les solicitarán los documentos complementarios.

6. Elección del Consejo Directivo 1993-1996

Enseguida se da paso a la elección del Consejo Directivo por los años 1993-1996.

Antes de la elección correspondiente se discute ampliamente la distribución regional vigente, a saber: 1) México, Centroamérica y el Caribe; 2) Área Andina; 3) Cono Sur; 4) Brasil. Luego de una amplia discusión se **acuerda** ampliar el número de Vicepresidencias de cuatro a cinco, con una nueva distribución geográfica, dividiendo la del Área Andina en dos: Colombia-Venezuela y Andina (Perú, Ecuador y Bolivia), quedando igual las otras cuatro.

Se acuerda asimismo que dada la incipiente pero existente organización de los antropólogos de Centroamérica y la escasa de los del Caribe, estas regiones se conserven en la vicepresidencia de México como hasta ahora, pero se crean

dos delegaciones especiales, una para cada una de las mencionadas regiones, que colaborarán con el Vicepresidente respectivo.

Enseguida se procede a la elección por votación de los Delegados, del Presidente y los cinco Vicepresidentes de la ALA, y resultan elegidas las siguientes personas: Presidente: Roberto Cardoso de Oliveira (Brasil), Secretario General: Teresa Rojas Rabiela (México); por Brasil: Roque Barros Laraia; por el Cono Sur: Lautaro Núñez (Chile); por la región Andina: Segundo Moreno Yáñez (Ecuador); por México, Centroamérica y el Caribe: Carlos Serrano (México); por Colombia y Venezuela: Myriam Jimeno Santoyo (Colombia). Como Delegados especiales para Centroamérica y el Caribe se nombra a: Omar Hernández Cruz (Costa Rica) y Antonio Martínez (Cuba), respectivamente.

Acto seguido y por unanimidad, se **acuerda** designar a Guillermo Bonfil Batalla, como Presidente honorario, en reconocimiento por su entusiasmo en construir la Asociación.

Sobre la sede de la ALA, la Asamblea **acuerda** que México sea el país sede de la Asociación durante el periodo que dure el Consejo Directivo hoy elegido. Asimismo se **acuerda** que tanto la Secretaría General como la Tesorería estén en México, para facilitar su operación.

A propuesta de la Mesa Directiva saliente, se **acuerda** la creación de un nuevo puesto, el de Secretario técnico, con el fin de apoyar las labores de la Secretaría General en el país sede de esta. Se propone y elige por unanimidad a José del Val Blanco (México).

Respecto al cargo de Tesorero, se **acuerda** que la Secretaría general y la Secretaría técnica buscarán a la persona idónea en México y lo notificarán al resto de la Mesa Directiva en su siguiente reunión.

7. Propuestas de trabajo

Se da paso a la presentación por los presentes, de diversas propuestas de trabajo. Destacan las siguientes: 1. Elaboración de una bibliografía de Antropología latinoamericana, que estará a cargo de Segundo Moreno. 2) Estudiar la posibilidad de realizar una reunión o congreso sobre Antropología latinoamericana. 3). Auspiciar eventos de discusión sobre problemas del ejercicio profesional y sobre situaciones especiales de las comunidades estudiadas. Lautaro Núñez (Chile) manifestó su especial interés en la realización de un evento de la Asociación en ese país.

Antonio A. Arantes, Secretario General saliente ofrece prestar su colaboración para realizar una versión ampliada y actualizada de la Guía de instituciones de Antropología.

Esteban Krotz (México) informa de la creación de un grupo de trabajo sobre Historia y Teoría de la Antropología en América Latina y expresa que espera apoyo de la Asociación para esta actividad.

Se da por concluida la reunión a las 14:30 horas.

CONSEJO DIRECTIVO

Presidente:

Roberto Cardoso de Oliveira. Profesor emérito de la Universidad de Campinas, Brasil.

Secretario general:

Teresa Rojas Rabiela. Directora general del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México.

Secretario técnico:

José del Val Blanco. Candidato a Director del Instituto Indigenista Interamericano, Profesor de la Escuela Nacional de Antropología e Historia, México.

Tesorero:

Ernesto Díaz-Couder. Coordinador y Profesor de la Maestría de Lingüística Indoamericana, del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México.

Vicepresidentes:

Brasil: Roque Barros Laraia. Profesor de la Universidad de Brasilia, Brasil.

Cono Sur: Lautaro Núñez Atencio. Investigador del Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo de la Universidad Católica del Norte, Chile.

Región Andina: Segundo E. Moreno Yáñez. Profesor de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador.

México, Centroamérica y el Caribe: Carlos Serrano. Investigador del Instituto de Investigaciones Antropológicas de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Colombia y Venezuela: Myriam Jimeno Santoyo. Profesora del Departamento de Antropología de la Universidad Nacional de Colombia.

CORRESPONDENCIA

Con el objetivo de mantener el Directorio de Socios de la ALA actualizado, solicitamos a los colegas que hayan cambiado de domicilio nos lo hagan saber. Favor de enviar su correspondencia a la Vicepresidencia respectiva:

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Instituto de Filosofía e Ciencias Humanas de UNICAMP

Rúa Piawi 1114-22

02141 Sao Paulo, S. P.

BRASIL

Fax: (0192) 393327 **correo electrónico** MBAEZ @ ccuax.uicamp.br

TERESA ROJAS RABIELA

Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en

Antropología Social (CIESAS)

Juárez 87, Col. Tlalpan

14000 MÉXICO, D. F.

Tel. 655 60 10 Fax: 655 55 76 **correo electrónico** ciejuare @servidor.unam.mx

JOSE MANUEL DEL VAL BLANCO

Insurgentes Sur 1480

Col. Actipan

03230 MÉXICO, D.F.

Tel. 524 97 55 Fax: 524 66 07

ERNESTO DÍAZ-COUDER

Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en

Antropología Social (CIESAS)

Juárez 87, Col. Tlalpan

14000 MÉXICO, D. F.

Tel. 655 60 10 Fax: 655 55 76 **correo electrónico** ciejuare @servidor.unam.mx

LACTARO NÚÑEZ ATENCIO

Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo de la Universidad Católica del Norte

Apartado postal Casilla 17
San Pedro de Atacama, CHILE
Fax: 56-055-241724

CARLOS SERRANO

Instituto de Investigaciones Antropológicas
Universidad Nacional Autónoma de México (INAM)
Ciudad Universitaria
MÉXICO, D. F.
Tel. 622 9652 Fax: 622 96 51

MYRIAM JIMENO SANTOYO

Centro de Estudios Sociales
Universidad Nacional de Colombia
Apartado Aéreo 93720
BOGOTÁ, COLOMBIA
Tel. (571) 268 13 23 Fax: 222 5737

ROQUE BARROS LARAIA

Shij Q1 15 Lonj 11 Casa 1
LAGO SUL, BRASILIA
71635-310, D. F.
BRASIL
Fax: (061) 274 5362

SEGUNDO E. MORENO YÁÑEZ

Departamento de Antropología
Pontificia Universidad Católica
Apartado Postal 17.001.2184
QUITO, ECUADOR
Tel. (593 2) 35 65 11 Fax: (593 2) 56 7117

CÓMO AFILIARSE

Asociados institucionales

- Carta de solicitud indicando número de miembros.
- Copia de estatutos u otro documento que describa el perfil, actividades y finalidades de la institución solicitante.
- Dirección oficial.
- Nombre del representante oficial.

Asociados individuales y correspondientes

- Carta de solicitud destacando aspectos principales de su *curriculum*.
- Copia de *curriculum vitae*.
- Nombre de la(s) institución(es) donde desarrolla su actividad profesional.
- Participación en otras sociedades científicas y gremiales.
- Nombre de antropólogos que sirvan de referencia.

Cuotas

- Se cobrarán las siguientes cuotas anuales: **US\$50.00** para socios institucionales y correspondientes, **US\$30.00** para individuales y **US\$10.00** para colaboradores.